

Área Temática: Economia regional e urbana

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DE BLUMENAU: UMA ANÁLISE SOB MÚLTIPLAS ESCALAS

Vanessa Follmann Jurgenfeld
Mestranda em Desenvolvimento Econômico - Unicamp
vfollmann@hotmail.com

RESUMO – Este artigo discute a importância do estudo de economia regional, chamando a atenção para a perspectiva marxista, preocupando-se com o entendimento das relações sociais, primordiais para a conformação de um espaço e seus desdobramentos ao longo da história. A intenção é compreender e caracterizar, sob uma análise em múltipla escala, a formação social e econômica de Blumenau, município de Santa Catarina, desde a colonização à sua industrialização, a fim de entender a origem do capital que comanda tal processo e seu impacto nas relações sociais. Dentro do contexto histórico relativo a meados do século XIX e às primeiras quatro décadas do século XX, desempenham papel-chave o imigrante alemão e as primeiras empresas têxteis, criadas em 1880: Hering, Empresa Industrial Garcia e Karsten. Palavras-chave: Blumenau, relações sociais, formação social e econômica

1. Breves considerações sobre o estudo de economia regional

Inicialmente, são necessários alguns entendimentos sobre o estudo de economia regional, com o intuito de apresentar, antes de mais nada, a perspectiva que este artigo irá adotar sobre o tema.

A economia regional é hoje campo dos estudiosos das mais diversas formações e correntes, incluindo sociólogos, arquitetos, geógrafos, economistas etc. Dentre os economistas, pode-se encontrar visões bastante distintas não só em termos de ponto de partida, mas também de método e de proposições de soluções de alguns problemas. Basicamente, de um lado, há a vertente vinculada à economia neoclássica, hegemônica nas instituições de ensino, partilhada, por exemplo, por Johann Herinrich von Thünen (teoria da localização, segundo a qual haveria uma escolha por locais de custos mais baixos de logística para um empreendimento), Douglas North (teoria da base de exportação, na qual o processo de crescimento de uma área estaria relacionado com um impulso externo, proveniente da sua capacidade de exportação) ou mesmo Alfred Marshall (distritos industriais), entre outros. Em outra esfera, uma visão estruturalista é dada por François Perroux (pólos de crescimento), Gunnar Myrdal (causação circular cumulativa), Albert Hirschman (desenvolvimento como cadeia de desequilíbrios); e ainda é possível verificar a vertente marxista, que considera o espaço um reflexo das

relações sociais, como Alain Lipietz, David Harvey, Manuel Castells e Milton Santos. O enfoque marxista, de extrema valia para este artigo, será melhor detalhado adiante.

Benko (1999), ao relatar historicamente como se construiu a idéia de economia regional, lembra que até a Segunda Guerra mundial o espaço e seus problemas eram ignorados pelos cientistas em geral, e, particularmente, pelos economistas. Nos anos 50, no entanto, por influência das idéias keynesianas, passa a existir a análise do circuito econômico como um todo e a partir daí ganha importância o estudo da distribuição das atividades espaciais, especialmente com a idéia de reordenamento do território nos países desenvolvidos, que cresciam de forma rápida e desordenada. Ao mesmo tempo, há, neste período, uma elevada preocupação desses países para diminuir as disparidades regionais, dado que essas representavam um risco social e político.

Em 1954, temos como um marco no estudo de economia regional a criação da Associação “Regional Science”, por Walter Isard. A ciência regional seria para os estudiosos desta “corrente” um campo de cruzamento entre ciência econômica, geografia, sociologia, ciência política e antropologia, com foco na intervenção humana no espaço. Há interesse pela repartição da população, pela localização das atividades econômicas, pela poluição ambiental, pelo turismo, desenvolvimento de cidades e regiões, organização da produção etc. Geralmente, os estudiosos recorreriam a métodos matemáticos e de econometria para testar suas hipóteses. Sobre este início da ciência regional, Benko destaca que:

O problema regional relaciona-se inicialmente com a noção de disparidades econômicas (estrutura econômica, rendimento, nível de vida, produção etc.) entre as diferentes regiões de um mesmo espaço nacional, tendo-se alargado mais tarde ao nível mundial, refletindo a dualidade entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. (BENKO, 1999, p.13)

Apesar de abrangentes, os estudos regionais até então não levariam em conta, contudo, diversas questões. Em crítica à Regional Science, Benko relata um certo esvaziamento proveniente daquela visão. Ele observou que, por tais métodos, “a cidade ou a região são despojadas, não só das suas formas e das suas dimensões, mas também, freqüentemente, das suas culturas e arquiteturas sociais” (BENKO, 1999, p. 17).

Há, portanto, uma tentativa de explicar a questão espacial puramente por aspectos econômicos, sem observar fatores sociológicos ou políticos. Neste sentido, é relevante a contribuição de Smolka (1984): os neoclássicos assumem que há classes sociais, mas

entendem que os conflitos existentes entre elas são resolvidos pelas curvas de oferta e demanda. Em alguns estudos, o espaço até ganha destaque por seus aspectos físicos (geográficos), mas não possui conotação social. Já no campo de soluções, muitas propostas advindas dos neoclássicos equiparam os mecanismos empregados nos países desenvolvidos como possíveis de serem aplicados nos subdesenvolvidos, desconsiderando suas particularidades.

Em linhas gerais, o tipo de estudo regional que muitas vezes se faz e com o qual não concordamos é aquele que parte de uma teoria estática do espaço e do individualismo metodológico. Um espaço que seria homogêneo, com contigüidade, um plano geométrico, onde estariam aglomerações humanas e certas atividades econômicas. Seria mais um espaço com cara da firma da teoria neoclássica, podendo tomar decisões autônomas em busca da maior eficiência possível (BRANDÃO, 2007).

1.1 . As múltiplas escalas da análise regional

Apontados os limites de alguns estudos, passamos para considerações no sentido de que, para entender a temática do estudo da economia territorial e urbana, não se pode deixar de lado a economia política do desenvolvimento. De acordo com Brandão (2007), este tipo de estudo deve levar em consideração as escalas intermediárias entre o local e o global, como é o caso da questão nacional e os determinantes estruturais de um país. Segundo este mesmo autor, as idéias que negam tais escalas ignoram a importância da macroeconomia, os conflitos sociais e políticos, a própria concepção de nação e o papel do espaço nacional.

Para análise do modo de produção, questão imprescindível numa análise regional, é preciso, portanto, observar fatores determinantes sobre a lógica do capitalismo, que possui não só forças endógenas, mas também exógenas à localidade. Neste sentido, “existem enquadramentos e hierarquias, e os microprocessos, as microdecisões dos atores empreendedores não podem solapar os macroprocessos e as macrodecisões, como pensam e querem essas visões voluntaristas”. (BRANDÃO, 2007 p. 30).

Um estudo sobre o local realiza observações “a partir de uma visão de produção social do espaço, historicamente determinado, resultante dos conflitos e consensos que se estruturam em torno do ambiente construído” (BRANDÃO, 2007, p.31).

Neste sentido, há quatro processos sugeridos por este mesmo autor, com os quais concordamos, que devem ser considerados dentro de uma realidade histórico-concreta: 1) a homogeneização das condições reprodutivas do capital, que elimina algumas diferenças de alguns espaços, de forma que esses sejam enquadrados em uma certa lógica de uniformização de valorização, algo já implícito no movimento do capitalismo; 2) a integração de espaços territoriais econômicos, estimulados e, de certa forma, impostos pela concorrência da pluralidade dos capitais; 3) a polarização, que tem a ver com a hierarquização dos espaços, decorrente do desenvolvimento histórico do capitalismo, que ocorre de forma desigual e combinada; 4) a hegemonia, pela qual pode-se observar que as diferentes frações de capitais se confrontam e se acomodam para atender praticamente apenas os seus interesses.

Brandão (2007) critica a adoção de forma indiscriminada de teorias do *mainstream* que proclamam que bastaria a um país seguir as “exigências” da globalização, adaptando-se a ela, que o local seria eleito um espaço “receptivo” e conquistaria a confiança dos agentes econômicos.

Essa agenda comumente adotada por estados, municípios e governo federal, justamente, banaliza questões de suma importância como estruturais, históricas e dinâmicas, colocando o local com poder ilimitado, quando é justamente o contrário:

Essa endogenia exagerada das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua governança virtuosa lugareira. Classes sociais, oligopólios, hegemonia etc. seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado. (BRANDÃO, 2007, p. 38)

As teorias que defendem o poder do local acreditam, portanto, que é possível replicar em determinado espaço um modelo que foi vitorioso em outra região sem se importar com os limites locais. As teorias que exaltam o local, muitas vezes, esquecem de tocar nos conflitos existentes entre as classes sociais que compõem e formam determinado espaço. Voltam-se mais à esfera regulacionista das instituições e preocupam-se em verificar o “bem comum” produzido por uma determinada comunidade, como se isso fosse simples, dadas as diferentes interpretações sobre o que é realmente “bem comum” e as limitações do uso de apenas este referencial. É como se o local tivesse “condições de coordenar ações cooperativas e reflexões coletivas,

baseadas nas relações de reciprocidade entre os membros da comunidade local” (BRANDÃO, 2007, p. 46) E, então, o “sucesso” de determinado espaço teria a ver com eficiência coletiva, vontades e fatores endógenos.

Como alternativa, a sugestão de um estudo mais completo de economia regional passa por:

resgatar determinantes maiores da lógica capitalista de acumulação do capital para se entender que o sistema, recorrentemente, aperfeiçoa seus instrumentos de ação, mobiliza a diversidade social e material em seu favor, ou seja, em benefício da valorização autômata e compulsiva. Portanto, engendra processos multiescalares, o tempo todo, em cada um dos seus movimentos (BRANDÃO, 2007, p. 51)

Trata-se, pois, de verificar que há hierarquizações novas, redes de poder e fluxos de mercadorias que mudam constantemente. Basicamente, é preciso ter em mente que “o movimento da acumulação de capital se processa, em sua expressão espacial, de forma mutável, parcial, diversa, irregular e com alta seletividade” (BRANDÃO, 2007, p. 52).

A partir disso, Brandão entende que é impossível uma teoria geral do desenvolvimento regional e urbano porque é igualmente impossível estabelecer leis de validade universal no que diz respeito ao processo de desenvolvimento. “O grande desafio é reter as determinações gerais e procurar recorrentemente decifrar as situações reais” (BRANDÃO, 2007, p. 67).

Propõe-se, portanto, um rompimento com o “determinismo espacial”, pelo qual só há uma única forma de organizar a vida econômica no espaço (SMOLKA, 1984, p. 775). E, aliás, muito pelo contrário, há muito mais a necessidade de uma análise que observe a região como espaço de reprodução social, que leva em conta sua inserção na divisão internacional do trabalho, a partir da sua história e de sua institucionalidade.

Para Brandão (2007), a divisão social do trabalho deve ser a categoria explicativa básica da dimensão espacial do desenvolvimento, “posto que permeia todos os seus processos, em todas as escalas” (BRANDÃO, 2007, p.69). Suas qualidades enquanto categoria são: revelar as mediações e formas concretas em que se processa e se manifesta a reprodução social no espaço, expressar a constituição socioprodutiva e suas possibilidades dada uma relação hierárquica superior.

Na análise proposta por este mesmo autor, o espaço nunca é homogêneo. Apenas deve ser visto como homogêneo o movimento universalizante do capital porque se parte da idéia de que não há nivelamento de desigualdades no capitalismo.

Trata-se de olhar a homogeneização somente no sentido da lógica do capital. Ou seja, aquele “que arrebatou os espaços mais remotos a um único domínio (...). Generalizando suas relações, procura impor e tornar comum a sua lógica, circulando seus valores, símbolos e informações supra-regionalmente” (BRANDÃO, 2007, p.72).

Na busca de valorização constantemente maior, o capital reproduz, na verdade, a segregação e acirra as desigualdades entre lugares e entre pessoas. As regiões serão integradas à lógica de acumulação, mas de maneiras distintas.

1.2. Contribuições da teoria marxista

A análise marxista dá contribuições relevantes para o estudo da economia regional e está em consonância com as idéias citadas anteriormente, apoiadas em Brandão e nas críticas de Smolka e Benko ao *mainstream*. A partir desta interpretação, a região tem significado por meio das lutas de classes que ocorrem dentro dela. A região deve ser enquadrada a partir da noção de relações sociais que a caracteriza em um determinado momento histórico; por isso, não se deve falar de região de maneira abstrata.

A região em si, de toda forma, não é uma categoria marxista e por isso Markusen (1991) sugere que se use a palavra regional e se evite o termo região porque isso subordinaria o espacial ao social.

O estudo regional, para esta autora, é algo bem mais complexo. Para entender uma realidade regional sob o âmbito marxista, deve-se partir da alienação, inserida, por sua vez, no modo de produção, que tem como base a exploração de uma classe social por outra. No capitalismo contemporâneo, isso significa a divisão entre assalariados e proprietários dos meios de produção. Além disso, deve-se olhar para as instituições que estão ao redor desse modo de produção, isso inclui o Estado, o lar e as instituições culturais, que constituem parte das relações sociais.

Em linhas gerais, há quatro pontos-chave que devem ser observados em uma análise marxista, conforme Markusen (1991): 1) o modo de produção: isso envolve entender a estrutura de classe de determinado território, o padrão territorial dos setores de produção (um padrão de produção de um setor pode estar em conflito com o de outro setor, por exemplo), os diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas (nível tecnológico, por exemplo, pode resultar em antagonismos regionais entre frações de

capital) e o desenvolvimento das relações sociais de produção através das regiões (organização sindical, por exemplo, pode gerar conflitos dentro da classe dos trabalhadores e entre classes); 2) a forma de reprodução da força de trabalho; 3) as relações culturais: língua, grupos de parentesco, unidades religiosas e algo que Markusen intitula como “conjunto de práticas culturais”. Neste caso, estão inclusos rituais de nascimento, morte etc. As instituições culturais devem ser observadas porque podem demonstrar autonomia e resistência à mudança ou podem constituir forças opressoras. Sobre a importância das relações culturais, Markusen relembra que “os conflitos culturais são frequentemente disputados paralelamente às linhas regionais. Muitas lutas regionais são a princípio culturais em conteúdo, pelo menos ao nível da consciência” (MARKUSEN, 1991, p. 75); 4) o Estado, tido como o aparelho político que governa a sociedade, é o último ponto de destaque. Ele difere das demais instituições porque tem uma linha demarcatória e também porque pode ser organizado pelo uso da força. Pode sustentar a opressão e a exploração de uma classe por outra. No período contemporâneo, o Estado pode ser analisado pela opressão política (negar a um grupo plena participação política, por exemplo), pelas regularizações e proteção do capital e/ou do trabalho. Para a autora, no capitalismo contemporâneo, sobretudo, nota-se que os interesses capitalistas dominam o Estado “através de sua habilidade em comprar legisladores, determinar os itens das pautas de discussões, facilitar encaminhamentos e modelar o curso da pesquisa e da ideologia” (DORNHOLL *Apud* MARKUSEN, 1991).

A análise marxista também é incorporada por Lipietz (1987), que constrói seu pensamento baseado em um conceito materialista dialético do espaço que é fundamental para esta pesquisa. Basicamente, nesta interpretação, o espaço é entendido como um espaço social e deve ser compreendido a partir da articulação das espacialidades próprias nas diferentes instâncias dos diferentes modos de produção presentes na formação social. É preciso ainda analisar uma inter-relação entre presença e ausência no espaço, participação e exclusão na estrutura social¹. O espaço, na análise de Lipietz, é dialético porque ao mesmo tempo em que é um produto das relações sociais é também “um constrangimento objetivo que se impõe ao desenvolvimento dessas relações sociais” (LIPIETZ, 1987, p. 25).

¹ Como estrutura social, temos as estruturas econômicas, políticas e ideológicas (LIPIETZ, 1987).

A sociedade recriaria o tempo todo seu espaço, herdado do passado, mas este espaço pode aparecer ora como um efeito dessas relações sociais, ora como um determinante dessas relações.

Para Lipietz (1987), ao se estudar a estruturação do espaço pelos modos de produção, é possível entender a existência de regiões desigualmente desenvolvidas. A estruturação do espaço, por sua vez, deve ser vista como uma dimensão espacial das relações sociais. Sendo as relações sociais também consideradas como luta de classes, logo, tem-se que a dimensão espacial é, portanto, a luta de classes, não como um mero produto desta, mas também como meio.

Partindo da idéia de que a base do estudo é pelos modos de produção, a divisão política-administrativa das regiões não é pertinente como objeto. As regiões entrariam como produto das relações inter-regionais e estas como uma dimensão das relações sociais. Isto quer dizer que não há região pobre, mas região de pobres, como Lipietz exemplifica. Isso significa que as relações inter-regionais são antes de tudo relações sociais.

Para uma análise regional dentro do capitalismo, Lipietz parte da idéia de que este modo de produção atravessa vários estágios sucessivos, que podem sobrepor-se geograficamente ou excluir-se por meio da ocupação do solo, da estruturação do mercado de trabalho etc. Nas formas avançadas do capitalismo, como a que se vivencia hoje em dia, temos a divisão internacional do trabalho, setores monopolistas/oligopolistas e a financeirização como componentes-chave, mas deve-se ter em mente que as sociedades não podem ser reduzidas a um modo de produção puro, mas a um complexo de modos de produção sob dominação de um deles. Para entender a articulação entre os modos de produção, é salutar observá-los em vários níveis: estruturas regionais, formações sociais nacionais e blocos multinacionais. Tais termos são explicados da seguinte forma:

Uma formação social nacional apresenta uma articulação dos modos de produção sob a dominância de um deles, dominância cimentada pelo poder político de uma aliança de classes que dispõe de um aparelho de Estado e que assegura sua hegemonia (ideológica) sobre o conjunto da formação social. Uma estrutura regional é uma região de articulação de relações sociais que não dispõe de um aparelho de Estado completo, mas onde se regulam, todavia, as contradições secundárias entre as classes dominantes locais. Um bloco multinacional compreende, pelo contrário, o conjunto dos Estados nacionais, onde se desenvolve a dominação de um centro imperialista que, de certa maneira, assume funções de Estado em relação ao conjunto do bloco. (LIPIETZ, 1987, p.39)

A fim de melhor entender a noção de centro e periferia, como citado no trecho acima, Lipietz se apóia em Palloix, que diz que a diferença entre o centro e a periferia é dada pelo fato de que, no centro, as relações de produção dominam as forças produtivas, enquanto, na periferia, as relações de produção são dominadas pelas forças produtivas que são segmento do sistema produtivo mundial capitalista.

2. Formação socioeconômica de Blumenau: aspectos do território, povoamento, origens e desdobramentos do capital industrial

O marco teórico acima resumido ajuda a compreender a formação socioeconômica de Blumenau. Além disso, este entendimento pode ser facilitado a partir de uma periodização, sendo o primeiro recorte referente a meados do século XIX, quando esta área é colonizada e recebe as primeiras levas de imigrantes alemães, em 1850; e um segundo recorte, entre 1880 até 1945, período em que se forma o capital industrial e se desenvolvem as indústrias locais.

No primeiro item que segue, serão, portanto, relatadas a origem daquele território e do seu povoamento, levando em conta suas características geográficas, históricas, culturais e econômico-sociais. No item subsequente, serão discutidas a formação da indústria de Blumenau, em 1880, e o crescimento do capital industrial. Esta segunda parte, datada de 1880 até 1945, baseia-se no recorte utilizado pelo autor Alcides Goularti Filho².

2.1 Território e povoamento (1850-1880)

Diferentemente de outros Estados brasileiros, inicialmente, podemos dizer que Santa Catarina está dividida em várias zonas economicamente “autônomas”, cada uma contando com uma “capital regional”. Singer (1977) utiliza tais considerações para ilustrar que não há, na prática, somente uma única capital neste Estado. Ao norte, está o litoral do São Francisco, cuja cidade-referência é Joinville. Um pouco mais ao sul, há o

² Ver GOULARTI FILHO, 2007.

Vale do Itajaí³, cuja “capital” é Blumenau; no centro do Estado está a capital Florianópolis; mais ao interior, na região serrana, há a referência da cidade-chave de Lages; e no oeste do Estado a referência de “capital econômica local” é Chapecó.

Em linhas breves, essas considerações reforçam a idéia de que não se verifica em Santa Catarina uma zona única de concentração urbana e industrial, sendo cada cidade relativamente grande “cabeça” de uma zona mais ou menos independente da capital “jurídica”, que seria Florianópolis.

A ocupação da localidade do Vale do Itajaí e, especificamente, Blumenau, que é o foco deste artigo, ocorreu por imigrantes da Alemanha. Singer (1977) aponta que as primeiras ondas imigratórias alemãs para o Estado como um todo começaram em 1820. Inicialmente, os imigrantes ocuparam outra cidade, fora do Vale do Itajaí, chamada São Pedro de Alcântara. Essa primeira leva de alemães constitui fruto da ausência de desenvolvimento em determinadas localidades da Alemanha. O perfil do imigrante alemão naquele momento era, majoritariamente, filho de camponeses, provenientes de minifúndios, cujas propriedades não poderiam mais ser divididas. Além destes, era comum a imigração de artesãos, que não encontravam ocupação nos mercados locais. Com o desenvolvimento da grande indústria na Alemanha no último quartel do século XIX, porém, um outro tipo de imigrante começa a chegar a Santa Catarina e é mais este perfil que ocupará Blumenau a partir de 1850. Sobre estes, pode-se dizer que eram trabalhadores e artesãos da indústria doméstica alemã, que se viam arruinados pela concorrência das grandes empresas. Além disso, houve imigração de proletários que ficaram desempregados por crises econômicas, além de “camponeses tornados redundantes pela revolução agrícola”. (SINGER, 1977, p. 87)

Em 2 de setembro de 1850, há como marco histórico a chegada de dezessete colonos alemães a Blumenau, que ocupavam lotes demarcados ao longo dos rios e ribeirões. Antes deles, Blumenau era habitada por índios Kaigangs, Xoklengs e Botocudos, segundo informações do arquivo histórico da cidade, reproduzidas no *site* da prefeitura de Blumenau⁴.

³ Vale do Itajaí é uma região formada por 16 municípios, criada pela Lei Comp. 162/1998: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó, Ilhota e Luis Alves. Se adotarmos a classificação da AMMVI - Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí são 14 municípios. Dos 16 anteriores saem os municípios de Ilhota e Luis Alves. Ver <http://www.furb.br/especiais/interna.php?secao=381>.

⁴ Mais informações podem ser obtidas no site da prefeitura de Blumenau: www.blumenau.sc.gov.br

De acordo com Singer (1977), a busca desses imigrantes era por países do “Novo Mundo”, abundantes em recursos naturais e que precisavam de mão-de-obra para explorar tais recursos. O fluxo de imigração era feito por companhias de transporte marítimo, recrutadores de imigrantes e companhias de colonização estatais e privadas. O governo imperial financiava as viagens. Os imigrantes recebiam terras devolutas, que podiam ser pagas em dinheiro ou serviços prestados ao governo como abertura de estradas de terra, construções de pontes (GOULARTI FILHO, 2007).

A cidade de Blumenau nasceu de um empreendimento colonial comandado pelo químico e filósofo Hermann Blumenau, conhecido popularmente como “Dr. Blumenau”, que montou o sistema como ocorreria aquela colonização.

A ocupação se dá em moldes do sistema alemão para conformação do que no futuro seria uma cidade. Não há uma igreja na área central, como ocorre inicialmente na colonização portuguesa, mas sim há sede do empreendimento colonial como centro, que aos poucos forma uma rua comercial.

Sobre as características peculiares dessa colonização, há ainda importante observação sobre as relações de trabalho que são estabelecidas. Deve-se levar em conta que a corrente imigratória alemã que chega ao Vale do Itajaí acontece em meio ao período em que a escravidão estava presente no Brasil, mas não será o sistema de produção escravista que irá prevalecer nesta localidade:

Em 1850, quando começou o povoamento da “Colônia de Blumenau”, os trabalhadores do Brasil tropical eram ainda escravos, com uma produtividade e uma capacidade de consumo muito fracas. A colonização alemã do século XIX aportou uma nova concepção de trabalho: cada agricultor é proprietário de 25 hectares e não pode contar senão com o seu próprio trabalho e o de sua família. (MAMIGONIAN, 1965, p. 69)

Neste mesmo aspecto, há contribuição de Singer (1977), que observa que a escravidão não ocorreu por uma questão de princípios por parte do Dr. Blumenau e porque havia fatores econômicos que impediam esse tipo de sistema:

A terra apropriada à produção de artigos de exportação era muito menos acessível que a terra adequada à produção de subsistência. Além disso, o imigrante alemão não possuía meios suficientes para iniciar um sistema de plantações, que exigia uma imobilização financeira bem grande em mão-de-obra escrava. Por outro lado, seria temerário procurar

concorrer com o latifúndio escravocrata, na monocultura de café, por exemplo, baseado em pequenas propriedades do tipo familiar. Tudo isto forçava a colonização como Blumenau a praticava, a se isolar da única economia de mercado viável, a de mercado externo, e a se inserir no setor de subsistência. (SINGER, 1977, p. 98)

Havia claramente o pagamento de salários nesta colônia. Em escritos históricos do Dr. Blumenau há citações deste tipo em 1859: “Ora, nesta colônia os salários dos trabalhadores se conservaram sempre (...). Sempre que eu quis baixar os salários, não havia trabalhadores, preferindo os colonos a trabalhar nas suas próprias terras” (SINGER, 1977, p.101).

Os imigrantes eram provenientes, principalmente, da Pomerania, do Mecklemburgo e do Schleswig-Holstein (MAMIGONIAN, 1965, p. 69). Após estes, vieram italianos e poloneses. A maioria da população, não só de Blumenau, mas todo o Estado de Santa Catarina é constituída de brancos puros, com a mestiçagem passando para o segundo plano, principalmente porque a imigração era de famílias inteiras. Esse núcleo branco no sul do país em geral é proporcionalmente maior do que o de qualquer outro ponto da colônia já no século XVIII (PRADO, 2002).

Sobre o nível intelectual e grau de estudo dos colonizadores, havia pessoas qualificadas, uma parte já tinha experiência industrial e estudo, e isso faz diferença quando se nota que tão logo se estabelecem nesta colônia, já dão início a um processo industrial. Nas palavras de Mamigonian (1965), é o caso de Hermann Hering, um dos fundadores do que conhecemos hoje como Cia Hering, uma das maiores empresas têxteis do país⁵. Sobre a formação intelectual e experiência empresarial deste, Mamigonian destaca:

que possuía até 1878 uma casa comercial atacadista e varejista “Gebrüder Hering”, em Hartha, na Saxônia. Seu pai possuía uma tecelagem e todos os seus ascendentes, desde o século XVIII pelo menos, eram tecelões: ele mesmo havia passado num exame de mestre em fabricação de meias. Mas a crise vienense de 1875 afetou profundamente os pequenos e médios comerciantes e a “Gebrüder Hering” foi bastante atingida. Convencido por um alemão de Blumenau que passava por Hartha, ele partiu para Blumenau (1878) dando origem à maior malharia do Brasil. (MAMIGONIAN, 1965, p. 70)

⁵ Podemos conceituar a Cia Hering como uma das maiores indústrias têxteis do país pelo seu faturamento anual. Nos dados de 2009, apenas como ilustração, ela superava diversas empresas do mesmo setor como Marisol, Karsten, Buettnier e Teka, com uma receita líquida de R\$ 720 milhões, conforme informações de demonstrativos financeiros enviados à Bovespa. Disponíveis em: <www.bovespa.com.br>.

Algo semelhante pode ser dito de Dr. Blumenau: tinha experiência industrial e era doutor em química em Erlangen.

Os investimentos do Dr. Blumenau, feitos neste início de ocupação, não eram, contudo, suficientes para o desenvolvimento mais acentuado da colônia. Dr. Blumenau chegou a conseguir alguns adiantamentos com o governo imperial, mas veio uma crise já em 1858, o que tornou difícil para a colônia, portanto, recuperar rapidamente o capital investido porque até então não estava ligada a uma economia de mercado. Segundo Singer (1977), Blumenau ainda não havia, neste período, se inserido em uma divisão internacional do trabalho, o que vai ocorrer com a industrialização mais consolidada após a Segunda Guerra Mundial, depois de crescentes exportações. (VIDOR *Apud* THEIS, 2000)

Dr. Blumenau decidiu em 1859 vender a colônia ao império, de forma que então poderia dispor de recursos públicos para obras. A partir deste momento, há um desenvolvimento mais acelerado da colônia e Dr. Blumenau passa para a direção da colônia até ela ser transformada em município, em 1880. Em 1882, ele decide voltar para a Alemanha (SIMÃO, 2000).

Já nos anos 1860, somente 10 anos depois do início da colonização de Blumenau, foram feitos caminhos para passagens de carroças, foram construídas escolas públicas e privadas que davam aulas em alemão e já era possível observar migração de brasileiros para Blumenau. De acordo com Singer (1977), em 1869, a população chegava a cerca de 6 mil pessoas, o que criava um mercado interno de consumo e a ampliação da divisão social do trabalho. Ao longo dos anos, Blumenau se tornaria uma importante área de povoamento e de manufatura de Santa Catarina. Hoje, é a terceira cidade mais povoada do Estado⁶, atrás somente de Joinville e Florianópolis, e ainda é uma das principais economias do Estado em termos de atividade econômica⁷.

A economia de Blumenau nesta época era constituída por engenhos de arroz, de açúcar, mandioca, cervejarias e olarias. Historicamente, desde sua colonização, a estrutura do solo em todo o Estado, incluindo Blumenau, é dada por pequenas

⁶ De acordo com o Censo 2010, Blumenau possuía 299 mil habitantes, Florianópolis tinha 404 mil e Joinville, 509 mil. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/censo2010/resultados_do_censo2010.php.

⁷ Uma das formas de medir a atividade econômica é via arrecadação de impostos federais, onde Blumenau aparece em quarto lugar no Estado, atrás de Florianópolis, Itajaí e Joinville. Ver <http://www.furb.br/especiais/interna.php?secao=381>. Em termos de PIB per capita, SC é a quinta economia do país, embora seja um dos Estados menos populosos da federação. Ver: http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/tabelas/contas_nacionais_tabela04.htm

propriedades majoritariamente. Há núcleo urbano e rural, sendo a característica de pequenos lavradores em escala apreciável considerado caso único no Brasil, podendo, em alguns aspectos se equiparar hoje em dia somente a outros dois estados brasileiros: Rio Grande do Sul e Espírito Santo (CANO, 2010).

Havia alguma ligação de Blumenau com o sudeste do país, principalmente com fornecimento de madeira ao Rio de Janeiro, e também começavam as primeiras ligações com as cidades vizinhas que iam se formando por fluxos migratórios de alemães.

Nesta etapa, entre 1850 e 1880, pode-se dizer que havia o predomínio da agricultura e do capital mercantil⁸, através da atuação da empresa de colonização, que negociava as terras que seriam ocupadas pelos imigrantes. Em 1880, surgiriam as primeiras indústrias em Blumenau e o capital industrial, ao lado do capital mercantil, passaria a predominar e a determinar as relações econômicas e sociais.

2.1.2. Origem do capital industrial e seu desenvolvimento (1880-1945)

Até 1880, o padrão de crescimento de todo o Estado de Santa Catarina, de forma geral, foi baseado na pequena propriedade mercantil e em atividades tradicionais da agricultura, com predomínio do capital mercantil, dado, principalmente, pelas empresas de colonização. Depois de 1880, no entanto, o capital mercantil muda sua face aparente, porque agora estará também em casas de comércio e na intermediação da venda da produção colonial e nos centros de consumo, e dividirá seu predomínio com o capital industrial, não havendo interesses antagônicos entre eles (GOULARTI FILHO, 2007).

A formação da indústria de Blumenau em 1880 ocorreu a partir de dois processos, segundo Singer (1977): 1) inserção crescente da economia de Blumenau no mercado nacional, a partir do fornecimento para Rio e São Paulo, adentrando uma divisão do trabalho inter-regional; 2) divisão do trabalho entre campo e cidade, que ocorre em Blumenau mesmo, formando um mercado consumidor local para sua indústria, sendo este processo inicialmente mais importante que o anterior.

O surgimento da indústria tem como base os industriais e os capitais locais. Mamigonian (1965) destaca que as primeiras observações que foram feitas nas regiões de colonização européia no Brasil meridional relatam os primórdios da indústria a partir

⁸ Para saber mais sobre a importância do capital mercantil ver: CANO, maio de 2010.

de uma origem artesanal. Mas relembra os comentários de Jean Roche, pesquisador do Rio Grande do Sul, que destaca que nem todos os artesanatos deram seqüência à indústria e nem todas as indústrias conheceram no início uma etapa artesanal. Para Mamigonian, apesar de algumas ponderações necessárias sobre a questão artesanato-indústria, o importante a reter é “a riqueza artesanal das regiões de colonização européia em oposição à pobreza no povoamento escravocrata predominante no Brasil” (MAMIGONIAN, 1965, p. 68).

As primeiras indústrias em Blumenau surgiram 30 anos após o início da colonização e esse processo está intimamente relacionado com o início do setor têxtil. Dentre as empresas pioneiras estão uma malharia, a Hering, criada em 1880, e duas tecelagens de algodão, a Karsten, em 1882, e a Indústria Garcia, em 1885. Eram empresas modestas, que não utilizavam eletricidade (esta sequer havia chegado à cidade), importavam da Alemanha máquinas usadas, como teares, e o principal insumo, fio de algodão, e vendiam os tecidos fabricados em Blumenau e vizinhanças.

Nesta primeira etapa, que Mamigonian (1965) já chama de “industrialização de Blumenau”⁹, houve instalação de artesanatos agrícolas como pequenos moinhos, alambiques, cervejarias etc. Alguns anos depois, estes ascenderam para a condição de indústrias, outros desapareceram e outros ainda permaneceram como artesanatos. Blumenau passou a ter empresas têxteis, de alimentos, metal-mecânico (em 1932, surge a Electro-aço Altona), usina de beneficiamento de tabaco da Souza Cruz etc. A localidade exibia certa diversidade industrial, ainda que em termos de importância econômica houvesse até este período a predominância do setor de bens de consumo não-duráveis (alimentos) e semiduráveis (têxteis).

Alguns eventos, contudo, ajudaram a consolidar o processo industrial de Blumenau, como a chegada da eletricidade em 1909, o fato de algumas empresas têxteis conseguirem adquirir na Alemanha pequenas fiações e, em um contexto global, as guerras, tanto a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, que facilitou a entrada de imigrantes com experiência industrial e comercial, quanto a Segunda Guerra Mundial,

⁹ O termo industrialização foi colocado entre aspas porque é este o termo usado por Mamigonian, mas é necessária a ressalva de que o processo de industrialização por outros autores é visto como algo diferente do surgimento das primeiras indústrias. Entende-se, neste caso, que industrialização, de fato, no Brasil só acontece a partir do estabelecimento de indústrias de bens de capital, que são a base para as demais indústrias, e isso na segunda metade do século XX. Antes disso, há apenas industrialização restringida (CARDOSO DE MELO, J.M, 2009).

entre 1939 e 1945, que incentiva a substituição de importações e a vinda de novos imigrantes alemães.

As guerras mundiais resultaram, principalmente, na chegada de um maior volume de imigrantes alemães qualificados em Blumenau. “Desde 1945, a expansão de Blumenau se processa segundo um fenômeno de bola de neve: a atração industrial da cidade aumenta sempre: verifica-se uma tendência à independência técnica e novas indústrias se instalam” (MAMIGONIAN, 1965, p.69). Tanto é assim que após 1945 é possível observar novos setores industriais em Blumenau, como cristais, porcelanas e balões de borracha.

Sobre as características do capital industrial em Blumenau, portanto, Mamigonian (1965) destaca que ele é dado, principalmente, por pessoas que já eram industriais anteriormente na Alemanha e pessoas ligadas ao comércio de importação e exportação do sistema colônia-venda¹⁰ e pessoas com mão-de-obra qualificada. Não é possível restringir, no entanto, os empresários a apenas imigrantes alemães (naquele momento, tidos como capitais locais). Houve em Blumenau empresas, em menor número, constituídas por pessoas de Porto Alegre e do Paraná e até mesmo capital de São Paulo.

Os comerciantes (capital mercantil), contudo, eram somente alemães: “Este fato é muito diferente da norma do povoamento luso-brasileiro, onde o comércio permaneceu quase sempre campo de atividade dos sírios, libaneses, judeus” (MAMIGONIAN, 1965, p. 69).

Sobre o capital mercantil, também é relevante ressaltar que ele teve sua participação para a constituição da indústria. A produção da Cia Hering em 1880, por exemplo, se concentrava numa casa de comércio que funcionava no centro de Blumenau, que servia naquele momento como residência dos Hering e como ponto de fabricação e venda de charutos.

Existia, claro, agricultura em Blumenau, como já pontuado anteriormente, mas o fato relevante nesta análise da agricultura é que a acumulação do excedente agrícola concentrava-se nas mãos dos comerciantes e não do colono. Esses comerciantes, contudo, não ficavam restritos a Blumenau. Possuíam barcos para ir até Itajaí, o porto marítimo mais próximo, e tomavam outras iniciativas como a produção de eletricidade.

¹⁰ A palavra “venda” usada por Mamigonian significa pequeno comércio, que popularmente pode ser conhecido como uma “venda”.

Era feito um trabalho manual com uso de roda d'água, utilizando as águas do Itajaí-Açu, rio que corta a cidade.

A constituição dos negócios industriais em Blumenau era iniciada por pequenas empresas porque “os empréstimos bancários, especialmente os do Banco do Brasil, que contribuíram após a guerra de 1939-1945, para o aumento das grandes firmas industriais principalmente, não existiam no início da maior parte das indústrias” (MAMIGONIAN, 1965, p. 73).

Na definição deste mesmo autor, “os industriais de Blumenau eram o mais freqüentemente “capitalistas sem capital”, no sentido que tinham o espírito de iniciativa mais ou menos desenvolvido, mas quase nenhum recurso financeiro” (MAMIGONIAN, 1965, p. 78).

Sobre isso, também é relevante o exemplo da Cia Hering. O fundador Hermann Hering chegou a Blumenau, em 1878, e teve como primeiro investimento a compra de apenas um tear circular e um caixote de fios. Ele havia deixado a família na Alemanha, mas escreveu uma carta à sua esposa Minna e pediu a ela que encaminhasse ao Brasil em 1880 os filhos mais velhos, Paul e Elise, junto com o irmão Bruno, para que assim formassem a mão-de-obra da empresa. Toda a família chega em 1880, inclusive a esposa, segundo informações fornecidas pela própria Cia Hering¹¹.

Na constituição das empresas, é possível destacar dois tipos, segundo definição de Mamigonian. O primeiro seria aquele em que os operários especializados chegam a participar da empresa, com uma parte dos capitais. Já o segundo tipo seria aquele em que os operários são apenas parte do quadro técnico. Sobre o primeiro caso, pode-se destacar, por exemplo, a fábrica de Chapéus Nelsa S/A (1925) e a Fábrica de Artefatos Têxteis Artes S/A – Artex S/A (1926). Sobre o segundo caso, é possível citar a Empresa Industrial Garcia S/A (1885) e a Cia Hemmer (conhecida pelos produtos em conserva), criada em 1915.

A mão-de-obra industrial em Blumenau, além de técnicos imigrantes qualificados, contava também com excedentes da população proveniente do campo, que geralmente constituía o que se chama de mão-de-obra não-qualificada. Essas pessoas sofriam com as más condições no campo, pelo empobrecimento do solo, já que se vivia em uma

¹¹ Ver mais em: <http://www.ciahering.com.br/site/pt-br/Empresa/Sobre+a+Cia+Hering>

pequena propriedade de 25 hectares em que era praticamente obrigado a haver uma superexploração do solo para ter lucro.

A fraqueza econômica da pequena propriedade agrícola alemã, italiana, polonesa e luso-brasileira no interior do sistema colônia-venda foi uma das responsáveis por fornecer ao desenvolvimento das indústrias o elemento necessário que representou a mão-de-obra não-qualificada. “Mas, o mercado consumidor foi, sem dúvida, ainda mais importante que a mão-de-obra não-qualificada no processo da industrialização em Blumenau” (MAMIGONIAN, 1965, p. 86).

Sobre o mercado consumidor, um caso ilustrativo da sua relevância é o da Cia Hering. De 1880 até 1890 ela fornecia para Blumenau e sua zona rural. Depois, passou a fornecer para todo o Vale do Itajaí e pouco a pouco a todo o Estado de Santa Catarina. Em 1910, ela inicia vendas ao Rio Grande do Sul e a São Paulo, e em 1913-1914 também começa a fornecer para o Rio de Janeiro. A Primeira Guerra Mundial favorecia esse contexto porque ela impunha a necessidade de substituir a produção antes importada pela produção nacional, assim como posteriormente houve o mesmo tipo de incentivo pela Segunda Guerra Mundial.

Singer (1977) acrescenta como elementos que ajudam a indústria de Blumenau a se desenvolver¹² o fato, por exemplo, de ser um setor que não concorria diretamente com a produção do Rio de Janeiro ou São Paulo e por serem tais empresas inovativas. Há desenvolvimento, já entre os anos 1920 e 1930, da grande indústria naquela localidade e com novidades tecnológicas para o padrão do país. “As tecelagens de Blumenau não se dedicam à produção de panos de algodão comuns, mas fabricam guarnições de cama, mesa e banho (felpudos), de alta qualidade, gazes medicinais etc”. (SINGER, 1977, p. 130).

Além disso, este mesmo autor destaca que a indústria regional abriu mercados no resto do país com uma estrutura monopolística ou oligopolística, de forma que ganhava espaço com o tempo pelo prestígio da marca ou pela sua procedência, tida como área de produção com alta qualidade.

¹² Ainda que dados do censo de 1920 mostrem que a população ainda trabalhava, contudo, primordialmente no campo, que respondia por 82% do emprego da população economicamente ativa enquanto a indústria contava com apenas 5%, 4%. Em 1940, no entanto, é possível notar uma significativa mudança. A população ativa agrícola cai quase à metade e representa um quinto da população economicamente ativa, enquanto a indústria agora representaria 40%. Dez anos depois, esse indicador atingirá 87%.(SINGER, 1977, p. 125 e 131).

A indústria que se forma em Blumenau tem característica de integração para frente e para trás. As grandes empresas possuem, muitas vezes, a etapa de fiação, tinturaria, tecelagem, além de oficinas mecânicas, necessárias para conserto dos seus próprios teares e formadas ainda bem próximas ao ano de nascimento dessas fábricas. Criando a integração para frente, estão as empresas que anos mais tarde passaram a se aventurar no setor varejista.

Theis (2000) entende que se observarmos a indústria de Blumenau numa perspectiva espacial, ela ultrapassou a fronteira do mercado regional após a Primeira Guerra Mundial e as fronteiras do mercado estadual após a Segunda Guerra Mundial. A partir de então, Theis acredita que o desenvolvimento do Vale do Itajaí começou a se aproximar do desenvolvimento da economia brasileira.

Há também similaridades com a indústria européia em termos espaciais dessa indústria blumenauense. Em um exemplo para mostrar uma dessas comparações, Mamigonian (1965) relata que a casa do dono de uma indústria de Blumenau comumente fica no mesmo terreno da empresa (são normais as instalações de 10 a 15 edificações e há exemplos em que a casa fica no meio desse complexo industrial). Há casos que essa casa está presente até hoje, como na centenária Karsten e é ocupada ainda por um membro do alto escalão da empresa. Fora isso, este autor relata que as empresas não ficam concentradas no centro da cidade ou numa única área específica; estão dispersas pelos mais variados bairros. Além disso, a dispersão espacial mostra que não houve necessidade de ficar tão perto do principal canal de comunicação dado pela Estrada de Ferro Santa Catarina, que ligava cidades do Vale do Itajaí. Elas se instalaram, prioritariamente, nas áreas rurais e semi-rurais. Em parte, porque era necessário estar próxima da mão-de-obra excedente do campo, em especial, a mão-de-obra feminina, muito utilizada na etapa de costura. Além disso, também há a importância da proximidade de água para o processo industrial e de quedas d'água para criação de energia.

Pertinente com o marco teórico sobre as múltiplas escalas do desenvolvimento regional, reconhece-se que os desdobramentos de Blumenau estão inter-relacionados com a Alemanha e com o Brasil. Além de a Alemanha ter sido berço da imigração, ela foi peça-chave para o seu desenvolvimento industrial, que se fez a partir do fornecimento para os mercados consumidores do sudeste brasileiro e ganhou impulso com as guerras, quando há ampla substituição de produtos importados por nacionais.

Em um detalhamento maior sobre a Alemanha, seu papel relevante provém do fato de que fornecia matérias-primas semi-elaboradas como os fios de algodão bem como também vendia máquinas para a indústria nascente, como foi o caso dos teares. Além disso, os imigrantes alemães qualificados trouxeram conhecimento técnico. E era comum também filhos de industriais que estavam instalados em Blumenau serem enviados à Alemanha para aprofundar estudos técnicos no setor em que se especializavam. Outro apoio de destaque era proveniente do banco alemão Deutche Bank, que juntamente com outras empresas, financiou a construção da estrada de ferro regional e outras obras de infra-estrutura. A primeira usina hidrelétrica chamada Salto foi construída em 1915 e contava com duas turbinas e dois geradores importados da Alemanha.

Em termos culturais, é importante destacar que o alemão era falado em Blumenau (e ainda hoje é) de forma que esta coesão também é importante base para o setor industrial, segundo Mamigonian. Ainda em 1881, foi criado um jornal chamado “Blumenau –Zeitung” (Gazeta de Blumenau) e em 1883, um segundo jornal chamado “O Imigrante”.

Já em questões institucionais, o capital industrial se articula de forma rápida, a ponto de em 1882 Blumenau já criar a sua primeira composição de vereadores para ocupar a primeira Câmara; em 1898 cria o Volksverein (Sociedade do Povo), uma associação de vários partidos políticos para defender os interesses dos alemães daquela região e do capitalismo; e no início dos anos 1900 funda a associação comercial de Blumenau (ACIB), inicialmente como Sociedade de Consumo da Colônia de Blumenau, para defesa dos interesses dos empresários locais (SIMÃO, 2000).

A partir da produção em Blumenau, certos artigos têxteis foram introduzidos no país. É o caso das toalhas felpudas, criadas pela Empresa Industrial Garcia, em 1925¹³, e o caso da malharia branca, que se iniciou pela Hering, em 1880.

Considerações Finais

¹³ A Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos produzia até então somente toalhas populares, não-felpudas. (MAMIGONIAN, 1965, p. 81)

Para entender a formação econômica e social de Blumenau é preciso recorrer ao que se passa na Europa, mais especificamente na Alemanha, no momento de colonização desse território catarinense, além de ser necessário pensar o que se passava no Brasil, considerando aspectos históricos, geográficos, culturais e as inter-relações globais, nacionais e regionais. É necessário um olhar sobre aquela economia regional nas suas inter-relações com as demais esferas: nacional e global, na tentativa de somente assim, de fato, entendê-la.

No fim do século XIX, há um esgotamento das possibilidades sociais e econômicas na Alemanha. Diversos fatores impulsionam a imigração, como a grande corporação do último quartel do século XIX, que espremia artesãos e pequenas empresas, e as grandes guerras mundiais, que criaram um movimento de expulsão de pessoas da Alemanha pelo conflito em si. Além disso, havia dificuldades econômicas e sociais no campo europeu enquanto o “Novo Mundo” apresentava-se como um espaço de vastas oportunidades de terras para o cultivo.

Obviamente, entendemos que cada área tem sua história e uma trajetória econômica específica que lhes deixa uma herança cultural, demográfica, política e econômica que moldam suas relações sociais e estruturas produtivas. Bem como, conforme a dialética de Lipietz, tais relações e estruturas também moldam o espaço em questão.

Neste sentido, destacam-se questões muito específicas de Blumenau, desde a forma de sua colonização via empresa colonial, o modo de produção capitalista predominante desde o seu surgimento, as relações de trabalho assalariado, a formação de empresas têxteis e o intercâmbio diferenciado que estabeleceu com a Alemanha.

Pode-se dizer que as diferentes frações de capital que chegaram a Blumenau (SC) desdobraram o âmbito da circulação e o da produção regional e nacional, asseguraram a realização da produção, principalmente, com o fornecimento para o Sudeste brasileiro e via pagamento de salários locais. Fizeram uso de uma inter-relação mundial porque a Alemanha era sempre parte do processo, tanto por conta da mão-de-obra qualificada do imigrante, fornecimento de equipamentos, financiamento (via Deutsche Bank) de infra-estrutura. Não havia uma superexploração da Alemanha em relação a Blumenau, podendo a cidade catarinense absorver algo relevante da Alemanha, estabelecendo em poucos anos exportação para aquele país. Claro que aqui valem algumas ponderações, como o fato de que as máquinas importadas, inicialmente eram

usadas e não mais serviam às indústrias alemãs e que os imigrantes foram para Blumenau por movimento de expulsão da Europa pelas guerras e não por um “fornecimento” de mão-de-obra de parte da Alemanha a Blumenau.

O imigrante alemão instaurou em Blumenau forças produtivas e relações sociais pautadas pelo capitalismo, que é o modo de produção dominante na região ao longo de sua história. O surgimento das primeiras empresas, a maioria têxteis, foi reflexo de conhecimento anterior já trazido por esses imigrantes.

As indústrias eram voltadas para o mercado nacional em primeiro lugar e não constituíam uma base exportadora de exploração, como ocorreu em outros segmentos no Brasil desde a sua colonização (casos do açúcar no Nordeste e do café no Sudeste). Foi ainda no fim do século XIX mais relevante em Blumenau a presença e crescimento de um setor de bens de consumo não-duráveis (alimentos), que alimentava sua força de trabalho regionalmente, e semiduráveis (têxteis), por meio do qual estabelecia conexão com o resto do país.

Em Blumenau, não houve escravidão e sim o trabalho assalariado desde o início de sua colonização, diferentemente do que ocorria em outras partes do Brasil, ainda sob sistema escravista. A dinâmica econômica estabelecida pelo assalariamento desde seu surgimento fez com que houvesse também desde o início um mercado consumidor para os produtos produzidos regionalmente, dando maiores condições ao seu desenvolvimento econômico.

O surgimento da indústria de forma rápida, somente 30 anos após o início da colonização, criou um excedente econômico que ficou em parte em Blumenau e foi, também, para as mãos de comerciantes, donos das casas de exportação e importação, que circulavam para além da colônia através do transporte fluvial, principalmente.

Em Blumenau há o avanço, no século XX, do capital industrial em paralelo ao capital mercantil. Um, contudo, não obstruiu o crescimento do outro, de forma que mesmo hoje em dia estão unidos em organizações institucionais do tipo Associação Comercial e Industrial de Blumenau (ACIB), que defende o interesse das duas frações de capital. Essa é uma situação diferente, por exemplo, de São Paulo, onde há um órgão para a indústria (FIESP) e outro para o comércio (ACSP).

Outro ponto de diferenciação de Blumenau refere-se às características de sua ocupação do solo, que lhes dá uma peculiaridade em termos nacionais por ser majoritariamente constituído de pequenas propriedades. Isso permitiu alguma fixação

do colono no campo, mas, de outro lado, não se pode deixar de levar em conta que fez com que os lucros ficassem pequenos com a alta rotação de culturas em um solo que aos poucos empobrecia, de forma que a indústria blumenauense, com o passar do tempo, tenha se valido da mão-de-obra campesina para formar sua força de trabalho, instalando-se, inclusive, próxima às regiões mais agrícolas. Sobre isso, aliás, pode-se ressaltar seu caráter fundamental, uma vez que o capitalismo em todo e qualquer lugar depende de mão-de-obra barata e em abundância para se firmar como modo predominante, já que ela é alicerce da desigualdade permanente que, não por acaso, permeia este tipo de produção.

Não se trata neste artigo de credenciar a formação econômica e social de Blumenau e seu desenvolvimento relativamente precoce aos empresários inovadores locais, ainda que eles tenham tido um papel relevante. Nem, tampouco, restringir suas mudanças ao longo da história a algo meramente endógeno. Tem-se, em verdade, uma conjunção de situações globais, nacionais e locais que unidas caracterizam aquela realidade regional.

Nessas breves considerações sobre a formação sócio-econômica, há pistas de um empreendimento colonial diferenciado em relação à grande parte do resto do país, que resultou numa cidade reconhecida como pólo industrial do setor têxtil nacional, com elevado padrão de vida e bem posicionada, relativamente, em indicadores sociais e econômicos¹⁴ na comparação com as demais regiões brasileiras.

¹⁴ Para detalhamento de indicadores econômicos e sociais de Blumenau, ver estudo da Furb, disponível em: <http://www.furb.br/especiais/interna.php?secao=381>

Referências

BENKO, G. **A Ciência Regional**. Celta Editora, Oeiras, 1999.

BOVESPA. **Informações sobre os resultados da Cia Hering**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?site=B&mercado=18&razao=CIAHERING&pregao=CIAHERING&ccvm=14761&data=31/12/2009&tipo=2>
Acessado em 08 de dezembro de 2010.

BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento, as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo, Editora Unicamp, 2007.

CANO, W. **Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil**. Texto para Discussão. IE/Unicamp, n. 177, maio de 2010.

CARDOSO DE MELO, J.M. **O capitalismo tardio**, Editora Unesp, Facamp, 2009

CIA HERING. **Histórico da empresa**. Disponível em <http://www.ciahering.com.br/site/pt-br/Empresa/Sobre+a+Cia+Hering>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Contas Regionais**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/tabelas/contas_nacionais_tabela04.htm. Acessado em 10 de fevereiro de 2011.

_____ Censo 2010. **Dados sobre população**. Disponível em : http://www.ibge.gov.br/censo2010/resultados_do_censo2010.php. Acessado em 10 de fevereiro de 2011.

GOULARTI FILHO, A. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Editora da UFSC, Florianópolis, 2007.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. Editora Nobel, S. Paulo, 1987.

MAMIGONIAN, A. **Estudo geográfico das indústrias de Blumenau**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, n. 3, v. 27, 389-481, julho/setembro de 1965.

MARKUSEN, A. **Região e Regionalismo: um enfoque marxista**. Espaço e debates. São Paulo, Cortez, Ano 1, n. 2, p. 61-99, 1991.

FURB, **Observatório do Desenvolvimento Regional da FURB**, disponível em: <http://www.furb.br/especiais/interna.php?secao=381>>. Acessado em 09 de dezembro de 2010.

PRADO, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Biblioteca luso-brasileira, Série Brasileira, Vol. III. Editora Aguilar, Rio de Janeiro, 2002.

PREFEITURA DE BLUMENAU. **História do município**. Disponível em: <<http://www.blumenau.sc.gov.br/gxpsites/hgxpp001.aspx?1,1,315,O,P,0,MNU;E;3;2;MNU;,>>. Acessado em 09 de dezembro de 2010.

SIMÃO, V. M. **Da hegemonia passiva à hegemonia ativa**. In: Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau. THEIS, I.M.; MATTEDI, M; TOMIO, F. (orgs). Cultura em Movimento, Editora da Furb, Blumenau 2000.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. S. Paulo, 2 edição, Cap. 3 – Blumenau. Companhia Editora Nacional, 1977.

SMOLKA, M. O. **O espaço no paradigma neoclássico: notas críticas**. Estudos Econômicos, 14 (3) p. 767-784, set/dez 1984.

THEIS, I. M. **Processo de acumulação em Blumenau: uma interpretação crítica**. In: Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau. THEIS, I.M; MATTEDI, M.; TOMIO, F. (orgs). Cultura em Movimento, Blumenau, 2000.